



Site do autor: livrosqueardem.com

I — Prólogo da Alma Humana

Se vos dissesse que o homem é coerente, cometeria uma injúria contra a História. Desde Adão — esse respeitável horticultor aposentado que culpou a esposa antes mesmo de pedir desculpas ao Criador — até ao último cidadão que esta manhã publicou uma indignação moral nas redes sociais e à tarde fez exatamente aquilo que condenara, a humanidade especializou-se numa arte superior: justificar-se.

A natureza distribuiu pernas para andar, pulmões para respirar e consciência para ser elegantemente contornada.

Não estranhes.

É um mecanismo antigo.

Há quem diga que Deus criou o homem à sua imagem. Eu suspeito, com todo o respeito devido às Escrituras, que o homem criou as justificações à sua própria semelhança.

São infinitamente adaptáveis.

Mudam de forma como o polvo muda de cor.

Hoje chamam-se princípios.

Amanhã recebem o nome de circunstâncias.

Depois de amanhã apresentam-se como maturidade.

E, quando envelhecem, tornam-se experiência.

Nunca morrem.

Apenas mudam de roupa.

Se me perguntares onde descobri semelhante teoria, respondo sem hesitar: no Mercado Janete.

Há universidades onde se estudam os gregos.

Há bibliotecas onde repousam Aristóteles, Platão, Santo Agostinho, Kant e outros cavalheiros que dedicaram a existência inteira à difícil tarefa de compreender o homem.

Respeito-os profundamente.

Todavia, atrevo-me a afirmar que nenhum deles passou uma terça-feira às nove horas da manhã entre as bancas do Mercado Janete.

Se o tivessem feito, reduziriam as suas obras à metade.

Não por falta de inteligência.

Por excesso de provas.

O Mercado Janete é menos um mercado do que uma república independente da alma humana.

Ali compram-se tomates, cebolas, capulanas, peixe seco, galinhas, amendoins, limões, sapatos usados e, sobretudo, opiniões.

As opiniões são o único produto cujo preço varia de acordo com o comprador.

Vendem-se aos quilos.

Às vezes ao metro.

Frequentemente ao interesse.

Logo à entrada encontrei uma senhora a declarar que o mundo se perdera porque as pessoas já não respeitavam os mais velhos.

Terminada a frase, empurrou uma anciã para alcançar primeiro uma caixa de mangas.

Não lhe censuro o gesto.

A moral, como certas frutas, amadurece apenas quando pertence aos outros.

Mais adiante um jovem condenava energeticamente a corrupção nacional.

Falava com tal eloquência que quase me comoveu.

Cinco minutos depois vi-o oferecer discretamente uma nota dobrada ao guarda do parque para evitar uma multa.

Não concluas precipitadamente que mentia.

Talvez apenas tivesse atualizado as convicções.

As ideias, em Maputo, sofrem muito com o calor.

Dilatam-se.

Contraem-se.

Algumas evaporam antes do almoço.

Foi então que compreendi uma verdade que nem Pitágoras desenhou nem Euclides demonstrou.

A coerência é um círculo perfeito.

O homem é um quadrado.

Passa a vida inteira tentando encaixar-se onde não cabe.

Daí também o meu interesse pelo Mercado Janete, essa academia sem diplomas onde professores e alunos trocam constantemente de lugar, onde cada freguês ensina virtudes até chegar a sua vez de pecar, e onde os pecados recebem nomes tão elegantes que acabam promovidos à categoria de princípios.

Acomoda te, leitor.

Não vais ter diante de ti heróis nem vilões.

Encontrarás apenas seres humanos.

E, se porventura reconheceres algum conhecido nestas páginas, não te percepires em avisá-lo.

É possível que ele também te reconheça.

E essa, convenhamos, seria uma incoerência bastante desagradável.

II — O Político e o Peixe Seco

Vê agora, leitor, o doutor Bonifácio.

Não te deixes enganar pelo título. Em África, como em muitas outras partes do globo, o doutor nem sempre é aquele que concluiu estudos; por vezes é simplesmente aquele que concluiu amizades oportunas. O nosso Bonifácio possuía ambas as qualidades, embora cultivasse a segunda com muito maior diligência.

Conhecia-o toda a cidade.

Era homem de discursos sólidos, desses que começam com a pátria e terminam inevitavelmente na pátria, passando pelo povo, pela juventude, pelos agricultores, pelas viúvas, pelas crianças e, quando o tempo permitia, até pelos pombos da Praça da Independência.

No Mercado Janete era igualmente conhecido.

Mas ali ninguém o conhecia pelos discursos.

Conheciam-no pelos descontos.

Encontrei-o diante da banca da Mamã Esperança, respeitável comerciante de peixe seco, senhora que possuía uma virtude rara: desconfiava de todos antes mesmo de lhes dar bom-dia.

Sobre a banca repousavam magumbas, pendes, camarões secos e tantas outras maravilhas aromáticas que um estrangeiro confundiria facilmente com armas químicas.

Bonifácio examinava um peixe como um arqueólogo diante de um fóssil.

Virava-o.

Cheirava-o.

Apertava-lhe a barriga.

Sacudia-lhe a cabeça.

A pobre magumba parecia candidata a um concurso público.

— Quanto custa?

Mamã Esperança respondeu.

Bonifácio sorriu daquele modo paternal com que certos políticos anunciam sacrifícios destinados exclusivamente aos outros.

— Mamã, esse preço é uma agressão ao povo.

A peixeira não respondeu.

Continuou a embrulhar peixe para outra freguesa.

Bonifácio insistiu.

— O povo sofre.

— Sofre.

— Os salários não chegam.

— Não chegam.

— É preciso solidariedade.

— É.

— Então faça um desconto patriótico.

A velha ergueu finalmente os olhos.

— O patriotismo paga em dinheiro ou em cartão?

Confesso, leitor, que temi pelo equilíbrio da República.

Houve um silêncio tão pesado que até as moscas suspenderam o voo.

Bonifácio recuperou-se.

Os homens públicos aprendem cedo que a dignidade deve sobreviver aos factos.

— A senhora não compreendeu.

Eu luto diariamente pelo povo.

— Eu também.

— Como?

— Vendendo barato quando posso.

Quando não posso, vendo caro para continuar viva.

Não é menos patriótico.

Nesse instante chegou o motorista.

Transportava duas elegantes sacolas.

Nelas distingui, com a indiscrição própria dos cronistas, biscoitos suíços, queijo francês, azeite italiano, chocolates belgas e uma garrafa de água cujo preço bastaria para alimentar uma pequena família durante um dia.

Bonifácio percebeu que eu observara as compras.

Sorriu.

Era o sorriso dos homens que improvisam princípios.

Aproximou-se de mim.

— Meu caro...

Baixou a voz.

— A macroeconomia exige disciplina.

O estômago, entretanto, é uma instituição pluralista.

Não devemos misturar ciência com fome.

Assenti respeitosamente.

Jamais discuto fisiologia com quem a pratica tão convincentemente.

Foi então que Mamã Esperança entregou-lhe o embrulho.

Bonifácio voltou a examinar o peixe.

— Está pequeno.

— Crescerá em casa.

— Está seco.

— É peixe seco.

— Não tem outro?

— Tenho.

Mais caro.

Bonifácio suspirou como quem carrega o peso da nação.

Pagou.

Foi-se embora.

A multidão retomou o movimento.

Uma rapariga que vendera três tomates comentou:

— Todos falam do povo.

Ninguém fala com ele.

Outra respondeu:

— Falam.

Quando precisam do voto.

Achei a observação digna de Aristóteles.

Se o filósofo tivesse conhecido campanhas eleitorais, talvez substituisse metade da Ética a Nicômaco por uma visita ao Mercado Janete.

Continuei a caminhar.

No fundo, começava a suspeitar que a coerência era como certos machimbombos de Maputo.

Toda a gente jura que existem.

Poucos os encontraram.

E aqueles que os encontraram nunca conseguem provar aos outros que viajaram neles.

Foi então que avistei uma multidão cercando uma banca de capulanas.

No centro daquela tempestade têxtil encontrava-se Dona Januária, apóstola do desaparego material, pregadora da simplicidade voluntária e terror das vaidades burguesas.

Mas essa, leitor amigo, merece um capítulo inteiro. E como as grandes tragédias gregas começaram por um pequeno mal-entendido, a dela principiou por um pedaço de tecido estampado... que valia mais do que todos os seus discursos reunidos.

III — A Ativista e a Capulana da Discórdia

Se me perguntas, leitor, qual é o tecido mais resistente de Moçambique, responder-vos-ei sem hesitação: não é a lona, nem o algodão, nem o brim. É a opinião.

A opinião suporta tudo.

Resiste aos factos, às provas, à lógica e, sobretudo, ao passado de quem a profere.

A capulana, por sua vez, possui outra virtude: veste o corpo e, às vezes, desnuda a alma.

Foi justamente diante de uma banca de capulanas que encontrei Dona Januária.

Não era uma senhora qualquer.

Era uma consciência pública.

Nas redes sociais condenava diariamente o consumismo, a ostentação e aquilo a que chamava “a ditadura da aparência”. Escrevia textos inflamados contra a escravidão das marcas, a idolatria da moda e a alienação produzida pelos tecidos importados.

Recebia centenas de aplausos.

Alguns sinceros.

Outros estratégicos.

No Mercado Janete, porém, os aplausos davam lugar aos cotovelos.

Nunca vi criatura tão decidida a salvar a humanidade... de posse de um tecido.

No centro da banca brilhava uma capulana recém-chegada da Holanda, estampada com pavões dourados, flores improváveis e um azul tão intenso que parecia ter sido roubado ao Índico.

Era a última.

E duas mãos avançaram ao mesmo tempo.

Uma era de Dona Januária.

A outra pertencia a uma velhinha tão franzina que o vento da Avenida Guerra Popular poderia levá-la até à Matola.

Durante um segundo, o destino da civilização pareceu depender daquele retalho de pano.

A idosa sorriu com delicadeza.

— Filha, vi primeiro.

Dona Januária respondeu com um sorriso igualmente delicado, mas que possuía a consistência moral de um rinoceronte.

— Ver primeiro não é comprar primeiro.

E puxou.

A velha puxou também.

A capulana transformou-se numa corda de cabo de guerra.

Em redor, os comerciantes interromperam as vendas.

Um rapaz deixou cair um saco de cebolas.

Uma criança começou a torcer pela avó.

Até um cão, que dormia solenemente havia meia hora, abriu um olho.

A batalha terminou depressa.

A experiência costuma vencer a idade.

Dona Januária aplicou discretamente o ombro, deslocou a anciã dois passos para trás e conquistou gloriosamente a peça.

Levantou-a acima da cabeça como um general romano regressando da Gália.

Foi nesse instante que me viu.

Os nossos olhos encontraram-se.

Ela percebeu imediatamente que os meus tinham o defeito da memória.

Aproximou-se.

— Ah... meu caro cronista...

Sempre admirei quem começa uma frase por um embaraço.

É sinal de que a consciência ainda respira.

— O senhor deve ter interpretado mal.

— Talvez.

— Isto não é consumismo.

— Não?

— Absolutamente.

É preservação cultural.

Concordei com um gesto.

Nada há de mais perigoso do que contrariar uma pessoa que acabou de vencer uma guerra.

Ela prosseguiu, agora em tom de conferencista internacional.

— O verdadeiro problema não está em comprar.

Está em comprar sem consciência.

Esta capulana possui valor simbólico.

Representa a identidade africana.

Olhei discretamente para a etiqueta.

Dizia, em letras muito honestas:

“Made in Holland.”

Mostrei-lha.

Ela não se perturbou.

Os grandes sistemas filosóficos nunca se perturbam com pequenos detalhes.

— Exatamente.

Foi produzida lá.

Mas inspira-se em nós.

É uma vitória cultural.

— E a senhora que ficou sem ela?

Januária olhou para a velhinha, que continuava a observar resignadamente as outras peças.

Depois respondeu com uma serenidade que faria inveja a um monge tibetano.

— Aquela senhora compraria apenas um pano.

Eu adquiro um símbolo.

Há diferenças qualitativas.

Confesso que esta frase merecia ser gravada em mármore.

Não pela verdade.

Pela utilidade.

Poucas justificações servem tão bem para transformar egoísmo em missão histórica.

Enquanto falávamos, apareceu uma jovem estudante.

Reconheceu Dona Januária.

Sorriu com entusiasmo.

— Professora! Li ontem o seu artigo sobre o desapego material!

Januária sorriu maternalmente.

— Espero que tenha gostado.

— Muito!

Mudou a minha maneira de pensar.

Já não compro coisas por impulso.

Nesse instante a estudante olhou para a capulana.

— Que linda!

Quanto custou?

A pergunta caiu como um tijolo sobre porcelana.

Januária hesitou.

Depois respondeu baixinho, como quem confessa um pecado venial.

A estudante arregalou os olhos.

— Com esse dinheiro eu pagava metade das propinas...

Houve um silêncio.

Desses silêncios que nem os vendedores conseguem interromper.

Januária recompôs-se.

Os princípios, quando bem treinados, recuperam rapidamente.

— Minha filha...

Há investimentos que alimentam o espírito.

A estudante agradeceu a lição.

Foi-se embora.

Talvez convencida.

Talvez apenas educada.

Nunca subestimes a educação, leitor.

Ela salva muitas conversas da sinceridade.

Continuei a caminhar entre as bancas.

Pensei então que a coerência possui um curioso defeito: exige memória.

E a memória é precisamente a faculdade que a conveniência mais depressa adormece.

Mal concluí esta reflexão, ouvi um apito estridente.

Era um fiscal municipal.

Marchava pelo corredor do mercado com a solenidade de um marechal em dia de desfile, decidido a ensinar à cidade o significado da palavra “ordem”.

Ignorava, pobre homem, que dentro de poucos minutos haveria de ensinar-nos outra palavra muito mais humana: justificação.

IV — A Teoria do Mal Necessário

(O Fiscal e o Refresco)

Há homens que nasceram para governar.

Outros para obedecer.

E alguns, mais raros, nasceram para apitar.

Não digo isto em tom depreciativo, leitor; o apito é um instrumento de elevada filosofia. Um simples sopro basta para transformar um cidadão tranquilo num suspeito e um suspeito num contribuinte da ordem pública.

O fiscal municipal que agora entrava no Mercado Janete chamava-se, segundo ouvi dizer, senhor Custódio.

Nunca nome algum se ajustou tão perfeitamente a um destino.

Custodiava a lei.

Ou, pelo menos, a parte da lei que lhe cabia transportar no bolso da camisa, dobrada em quatro, ao lado da esferográfica e de um pequeno pente de plástico.

Marchava com a solenidade de um cônsul romano.

O peito projetado para diante.

As mãos cruzadas nas costas.

O olhar severo.

Quem o visse sem contexto imaginaria tratar-se do comandante das Nações Unidas. Quem o conhecesse saberia que era apenas o terror dos vendedores de refrescos.

O calor daquele dia era digno de uma punição mitológica.

O sol parecia cobrar impostos sobre cada respiração.

Até as galinhas procuravam sombra.

Foi então que o fiscal avistou um rapaz.

Chamava-se Mário.

Vendia refrescos caseiros numa geleira azul já antiga, dessas que resistem ao tempo por simples teimosia.

— Licença!

A palavra saiu-lhe da boca como um mandado judicial.

O rapaz sorriu.

— Bom dia, chefe.

— Documentação.

Mário começou a procurar papéis.

Encontrou um recibo.

Depois outro.

Depois um cartão de vacinação que nada tinha que ver com refrescos.

O fiscal esperou vinte segundos.

A lei, como certas sopas, arrefece depressa.

— Irregular.

— Chefe, estou a tratar da licença.

— Está a tratar.

Mas ainda não tratou.

A multidão começou a aproximar-se.

O Mercado Janete possui uma curiosa vocação para formar plateias.

Ninguém perde um espetáculo gratuito.

Sobretudo quando o protagonista não é o próprio.

O fiscal abriu a geleira.

Retirou as garrafas.

Uma por uma.

Colocou-as numa caixa de apreensões.

Tudo isto com a delicadeza de um cirurgião.

Mário protestava.

— Chefe, fiz estes refrescos desde as quatro da manhã...

— A lei não dorme.

— Mas eu dormi só duas horas...

— A lei continua acordada.

Confesso que admirei a resposta.

Era elegante.

As leis costumam possuir melhor sono do que os cidadãos.

O rapaz insistiu.

Explicou que precisava daquele dinheiro para pagar a escola da irmã.

O fiscal permaneceu imóvel.

Há homens cuja consciência veste uniforme.

Quando a multidão percebeu que não havia salvação, dispersou lentamente.

Cada qual regressou às suas cebolas, aos seus tomates e às suas pequenas incoerências particulares.

Também eu prossegui.

Mas apenas alguns passos.

Uma curiosidade antiga fez-me olhar para trás.

Foi então que vi o inesperado.

Atrás de uma pilha de caixas de tomate, protegido pela sombra de uma mangueira, encontrava-se o senhor Custódio.

O ilustre defensor da ordem segurava uma das garrafas confiscadas.

Olhou discretamente para um lado.

Depois para o outro.

Abriu a tampa.

E bebeu.

Não um gole.

Uma declaração de amor.

Jamais vi garganta tão agradecida.

A bebida desapareceu com a velocidade das promessas eleitorais depois das eleições.

Aproximei-me.

Ele ainda limpava os lábios.

Sorriu com um certo embaraço.

— Ah... senhor cronista...

Sempre me agradou esse tratamento.

Os culpados tratam-nos sempre por títulos respeitosos.

Perguntei apenas:

— O refresco estava apreendido.

Ele assentiu.

— Estava.

— E agora?

— Continua apreendido.

— Dentro do senhor?

Sorriu.

Os homens inteligentes nunca desperdiçam uma boa oportunidade de filosofar.

— Meu caro...

O ato de apreender pertence ao domínio jurídico.

O ato de beber pertence ao domínio sanitário.

Fiquei à espera.

As melhores justificações demoram sempre alguns segundos a nascer.

Ele continuou.

— Imagine que este refresco permanecia horas ao sol.

Estragava-se.

Produzia moscas.

As moscas propagariam doenças.

As doenças sobrecarregariam os hospitais.

Os hospitais consumiriam recursos do Estado.

Está a ver?

Assenti lentamente.

Era um raciocínio admirável.

Bebendo o refresco, o homem economizava o orçamento nacional.

Prosseguiu, agora já embalado pela própria eloquência.

— Sacrifiquei-me.

Este açúcar faz mal.

O médico proibiu-me.

Mas há momentos em que o servidor público precisa colocar a saúde da cidade acima da própria glicemia.

Nunca um refrigerante foi tão patriótico.

Olhei para a garrafa vazia.

Olhei para ele.

Depois perguntei:

— E as outras?

Ele seguiu o meu olhar.

Restavam mais cinco.

Sorriu com humildade franciscana.

— Não posso carregar sozinho o peso da pátria.

Chamarei dois colegas.

Retirei-me antes que a História registasse semelhante ato de heroísmo.

Enquanto caminhava, ocorreu-me uma observação.

Os antigos alquimistas sonhavam transformar chumbo em ouro.

Fracassaram.

O ser humano descobriu um processo muito mais eficiente.

Transforma interesse em dever.

Conveniência em princípio.

E benefício próprio em serviço prestado à coletividade.

Essa alquimia, leitor, não necessita de laboratório.

Basta uma boa consciência... ou uma imaginação suficientemente fértil.

Foi então que, ao dobrar a esquina da esplanada da Boa Malta, ouvi uma voz vigorosa proclamar que “as riquezas deste mundo são apenas poeira”.

Quem falava usava um relógio capaz de comprar meia dúzia de bancas do Mercado Janete.

Sorri.

A manhã prometia continuar generosa.

Era o Pastor Ezequiel, homem de fé robusta e de extraordinária sensibilidade ... sobretudo quando a palavra “promoção” aparecia escrita em letras grandes. O destino preparava-lhe uma tentação tão terrena que nem Salomão resistiria.

V — O Pastor da Promoção Celestial

Se alguma vez o leitor desejar medir a elasticidade da alma humana, não a procure nos parlamentos, nem nos tribunais, nem sequer nas assembleias de condomínio, onde as paixões costumam atingir uma temperatura respeitável. Vá ao Mercado Janete numa manhã de sábado e observe um homem religioso diante de uma banca onde se anuncia, em letras vermelhas, a palavra PROMOÇÃO.

Foi assim que encontrei o pastor Ezequiel.

Era homem de voz larga, sorriso paternal e gestos tão amplos que pareciam querer abraçar o mundo inteiro. Aos domingos pregava contra o apego às riquezas com uma eloquência capaz de fazer uma carteira envergonhar-se de conter dinheiro.

— Irmãos! — dizia ele. — Nada levaremos deste mundo!

A congregação respondia com fervor:

— Amém!

Eu, que sempre fui um pouco desconfiado, perguntava apenas em silêncio:

— Mas enquanto cá estamos, quanto custa?

Naquela manhã, porém, o pastor não trazia púlpito.

Trazia um cesto.

E diante dele havia uma banca de galinhas.

A proprietária, Mamã Albertina, mulher que conhecia o preço das aves e o valor dos homens, segurava uma galinha gorda como quem segura um argumento definitivo.

— Duzentos e cinquenta.

O pastor sorriu.

Era um sorriso missionário.

— Minha irmã... a palavra ensina-nos a partilhar.

— Ensina.

— Então partilhe cinquenta meticais.

Mamã Albertina cruzou os braços.

— O senhor partilha primeiro ou eu?

O pastor riu.

Os homens de fé riem muito quando a conversa ainda não chegou ao bolso.

— Minha irmã, não sejamos materialistas.

Ela pegou na galinha e respondeu com a serenidade dos antigos estóicos:

— É precisamente por não ser materialista que não vendo o meu material por menos.

A multidão começou a divertir-se.

No Mercado Janete, uma negociação vale mais do que uma peça de teatro.

O pastor insistiu.

— O dinheiro é ilusão.

— Concordo.

— Então faça um preço espiritual.

— Faça o senhor um pagamento espiritual.

Confesso que tive vontade de aplaudir.

Mas o cronista deve conservar certa compostura.

Limitei-me a sorrir discretamente.

O pastor examinava agora a galinha.

Apalpava-lhe o peito.

Pesava-a nas mãos.

Observava-lhe as pernas com a atenção de um avaliador de diamantes.

Nunca vi desapego tão minucioso.

Ao lado dele encontrava-se um jovem membro da igreja.

Chamava-se Samuel.

Aproximou-se com sincera admiração.

— Pastor! A sua pregação de domingo mudou a minha vida.

— Louvado seja Deus.

— Vendi metade das minhas roupas aos pobres.

O pastor pousou lentamente a galinha.

— Todas?

— Quase todas.

— Excelente.

— Agora vivo apenas com o necessário.

O pastor sorriu satisfeito.

Depois voltou-se para Mamã Albertina.

— Duzentos.

— Duzentos e cinquenta.

— Duzentos e dez.

— Duzentos e cinquenta.

Samuel observava a cena com um ligeiro embaraço.

Talvez estivesse a descobrir que as virtudes também possuem escalões hierárquicos.

O pastor resolveu recorrer à teologia.

— Minha irmã, Deus ama quem dá com alegria.

Mamã Albertina respondeu imediatamente:

— Então dê o senhor os cinquenta meticais com alegria.

O silêncio que se seguiu foi tão perfeito que até uma galinha viva pareceu conter o cacarejo.

Foi o próprio pastor quem o rompeu.

Suspirou.

Pagou.

Enquanto contava as notas, murmurou, talvez sem perceber que eu escutava:

— O comércio anda muito difícil...

Achei a frase profundamente humana.

Os homens costumam atribuir às circunstâncias a responsabilidade pelos princípios que abandonam.

Samuel, ainda intrigado, perguntou-lhe:

— Pastor ... se o dinheiro é apenas um instrumento, por que discutimos tanto cinquenta meticais?

Ezequiel pousou a mão sobre o ombro do rapaz.

Falou com a gravidade de quem revela um mistério escondido desde a criação do mundo.

— Meu filho, o Senhor ensina-nos a sermos bons administradores.

Economizar também é uma forma de louvor.

Anotei mentalmente a sentença.

Era magnífica.

Serviria igualmente para um banqueiro, um avarento, um ministro das finanças ou um pirata.

As grandes justificações possuem precisamente essa virtude: adaptam-se a qualquer profissão.

Continuei o meu passeio.

Começava a notar uma curiosa regularidade.

Todos os personagens da manhã defendiam princípios universais.

Mas todos possuíam uma pequena exceção.

E, coincidência admirável, essa exceção beneficiava sempre o próprio.

Foi então que cheguei à esplanada da Boa Malta.

Ali, debaixo de um chapéu desbotado e diante de uma cerveja que parecia nunca terminar, encontrava-se um homem de barba revolucionária, punho fechado e indignação inesgotável.

Chamavam-no Camarada Celestino.

Segundo ele, derrubaria a corrupção nacional assim que acabasse a segunda cerveja.

Como já ia na terceira, compreendi que a revolução ainda teria de esperar.

VI — O Revolucionário da Boa Malta

A esplanada da Boa Malta, leitor amigo, não é propriamente um estabelecimento comercial; é uma academia sem diplomas, um parlamento sem regimento e um tribunal onde todos condenam todos, exceto a si próprios.

Ali a cerveja desempenha o papel que outrora coube ao vinho nos simpósios gregos: inspira discursos grandiosos e conclusões duvidosas.

Foi ali que encontrei o camarada Celestino.

Chamavam-lhe “camarada” por hábito, embora ninguém soubesse ao certo de que revolução sobrevivera. Talvez de todas. Há homens cuja biografia consiste em terem estado sempre do lado vencedor... depois de conhecida a vitória.

Celestino possuía uma barba respeitável, uma voz poderosa e um dedo indicador que passava o dia apontando culpados.

Era um dedo trabalhador.

Se existisse um sindicato dos indicadores, ele seria presidente vitalício.

Sobre a mesa havia uma cerveja.

Ao lado, outra vazia.

Mais adiante, uma terceira aguardava serenamente o seu destino.

— O país — dizia ele a quem quisesse ouvi-lo — está assim por causa da corrupção!

Os presentes assentiam.

É sempre mais confortável concordar quando o culpado mora longe da nossa consciência.

— A corrupção — continuava — é um cancro!

Um homem de boné perguntou:

— E como se cura?

Celestino ergueu solenemente o copo.

— Com caráter!

A palavra caiu sobre a mesa como um decreto.

Até o empregado pareceu impressionado.

Aproximei-me discretamente.

Nunca perco uma boa definição moral.

Elas costumam envelhecer depressa.

Nesse instante surgiu um agente da polícia municipal.

Conhecia Celestino.

Cumprimentaram-se com a intimidade própria dos velhos conhecidos.

— Boa tarde.

— Boa tarde.

O agente consultou um pequeno bloco.

— O seu carro está mal estacionado.

Celestino olhou pela janela.

Era verdade.

O automóvel ocupava metade da faixa de circulação.

Sorriu.

Os homens eloquentes sorriem muito antes de mudar de opinião.

— Companheiro...

O agente permaneceu sério.

— Tenho de aplicar a multa.

Celestino fez um ar de profunda tristeza.

— Não podemos resolver isto entre cidadãos conscientes?

O agente não respondeu.

Celestino aproximou a cadeira.

Baixou a voz.

Olhou discretamente para os lados.

Retirou do bolso uma nota cuidadosamente dobrada.

Tão cuidadosamente dobrada que suspeitei não ser a primeira vez que executava semelhante dobragem.

A nota deslizou de uma mão para outra com a elegância de uma folha levada pelo vento.

O agente tossiu.

Guardou-a.

Fechou o bloco.

Sorriu.

— Desta vez passa.

— Muito obrigado.

O polícia afastou-se.

Celestino voltou imediatamente à mesa.

Ergueu outra vez o copo.

— Como eu dizia... este país precisa acabar com a corrupção!

Ninguém pareceu estranhar.

Talvez porque todos estivéssemos ocupados a fingir que não víamos nada.

Ou talvez porque a memória humana possua um extraordinário talento para esquecer acontecimentos ocorridos há menos de um minuto.

Não resisti.

Perguntei-lhe:

— Perdoe-me a curiosidade... o que acabou de acontecer?

Ele fitou-me com sincera surpresa.

— Aconteceu o quê?

— A nota.

— Ah...

Sorriu paternalmente.

— Meu caro cronista, não confundamos conceitos.

Isso não foi corrupção.

— Não?

— Foi uma solução prática.

A burocracia atrasa o desenvolvimento.

Achei a frase notável.

Caberia igualmente na boca de um filósofo, de um contrabandista ou de um ministro.

Prosseguiu:

— Eu combato a grande corrupção.

Estas pequenas coisas...

Fez um gesto com a mão.

Como quem enxota uma mosca.

— São apenas lubrificantes sociais.

Nunca uma metáfora mecânica me pareceu tão perigosa.

Se todos resolvessem lubrificar a sociedade dessa maneira, acabaríamos por escorregar

sobre os próprios princípios.

À mesa vizinha, um velho vendedor de jornais, que ouvira toda a conversa, murmurou sem levantar os olhos:

— Curioso...

— O quê?

— O tamanho do pecado depende sempre do bolso do pecador.

Celestino fingiu não ouvir.

Os homens habituados aos discursos públicos desenvolvem uma surdez muito seletiva.

Bebeu mais um gole.

Respirou fundo.

E voltou ao assunto preferido.

— Precisamos de homens íntegros!

Concordei silenciosamente.

Também eu os procurava havia anos.

Com o mesmo êxito de quem procura neve em Xai-Xai.

Despedi-me da Boa Malta levando comigo uma conclusão provisória.

As opiniões humanas comportam-se como os preços no Mercado Janete.

São fixas quando favorecem quem as anuncia.

Tornam-se negociáveis quando começam a custar alguma coisa.

Enquanto caminhava, pensei que talvez estivesse a ser severo.

Talvez eu apenas colecionasse exceções.

Talvez, escondido entre as bancas, existisse finalmente alguém absolutamente coerente.

Foi então que vi aproximar-se o professor Hilário, intelectual de prestígio, autor de artigos sobre ética, costumes e decadência da juventude.

Trazia um livro debaixo do braço.

E o telemóvel tocava havia quase dois minutos.

No visor lia-se apenas uma palavra:

“Mãe.”

Ele olhou para o ecrã.

Suspirou.

Silenciou a chamada.

Sorriu para mim.

E começou uma conferência sobre a importância dos valores familiares.

Confesso, leitor, que naquele instante o próprio Machado de Assis teria pedido licença para tomar apontamentos.

VII — O Intelectual do Café

Se existe criatura mais perigosa do que um ignorante convicto, é um sábio completamente convencido da própria sabedoria. O primeiro limita-se a errar; o segundo publica o erro em formato de ensaio e recebe aplausos pela elegância da prosa.

O professor Hilário pertencia à segunda espécie.

Não era homem mau.

Longe disso.

Era apenas um daqueles espíritos superiores que vivem tão ocupados a salvar a humanidade que raramente encontram tempo para cumprimentar os vizinhos.

Ensinava filosofia numa universidade.

Escrevia semanalmente nos jornais.

Participava em colóquios sobre ética, cidadania, memória coletiva, valores republicanos e outros assuntos cuja importância aumenta proporcionalmente à distância entre o discurso e a prática.

Encontrava-se sentado na Boa Malta diante de um café já frio, um caderno cheio de anotações e um telemóvel que vibrava como um coração aflito.

No ecrã lia-se:

Mãe.

O aparelho tocou uma vez.

Depois outra.

Depois terceira.

Hilário olhou.

Franziu a testa.

Silenciou a chamada.

— Desculpe — disse-me com um sorriso intelectual. — Estou precisamente a concluir um artigo sobre a crise dos laços familiares na sociedade contemporânea.

Confesso que a frase possuía uma simetria admirável.

Se Aristóteles apreciava a unidade entre forma e conteúdo, teria certamente desmaiado diante daquela.

O telemóvel voltou a tocar.

Mãe.

Hilário virou o aparelho para baixo.

— Os idosos precisam de atenção — continuou ele. — A sociedade moderna abandonou completamente os mais velhos.

Assenti.

Era difícil não concordar.

A única pessoa que parecia ter abandonado uma idosa naquele momento era precisamente o homem que pronunciava a sentença.

O empregado trouxe-lhe outro café.

Hilário agradeceu.

Falava com extrema delicadeza ao empregado.

À mãe, porém, reservava o silêncio.

Há afetos que preferem a teoria.

Nisso são extraordinariamente confortáveis.

Poucos minutos depois aproximou-se um antigo aluno.

Chamava-se Tomás.

Era jovem, curioso e conservava ainda aquela perigosa doença chamada admiração.

— Professor!

— Meu caro!

— Li o seu último artigo.

Hilário endireitou-se discretamente na cadeira.

Os autores fingem modéstia com a mesma naturalidade com que os galos fingem não gostar de cantar.

— Gostou?

— Muito.

Especialmente da parte em que o senhor diz que devemos dedicar tempo às pessoas que amamos.

Hilário sorriu satisfeito.

— É um dever moral.

Tomás olhou para o telemóvel que vibrava novamente sobre a mesa.

Mãe.

Depois olhou para o professor.

Houve um breve silêncio.

O rapaz perguntou com toda a inocência da juventude:

— O senhor não vai atender?

Hilário respondeu imediatamente, sem um segundo de hesitação.

— Estou ocupado.

Tomás inclinou ligeiramente a cabeça.

— Mas... o artigo...

Hilário fechou o caderno.

Respirou fundo.

Assumiu aquele tom que os professores utilizam quando desejam transformar um embaraço numa aula.

— Meu rapaz, nunca confundas princípios gerais com circunstâncias particulares.

A frase era magnífica.

Poderia absolver metade da humanidade.

Prosseguiu:

— A filosofia trabalha com universais.

A vida trabalha com urgências.

Ora, neste momento, a urgência é terminar o artigo.

Minha mãe compreenderá.

Perguntei-lhe:

— E se ela não compreender?

Hilário sorriu.

— Então compreenderá mais tarde.

Os filósofos possuem uma fê inabalável no futuro.

Sobretudo quando o presente lhes é inconveniente.

Nesse instante o telemóvel deixou de tocar.

Hilário pareceu aliviado.

Guardou-o no bolso.

— Vê?

Tudo se resolveu.

Infelizmente, resolveu-se de outra maneira.

Um rapaz entrou apressado na esplanada.

— Professor Hilário?

— Sim?

— Estão à sua procura.

Sua mãe sentiu-se mal.

Foi levada ao hospital.

O rosto do professor empalideceu.

Levantou-se de um salto.

O café caiu.

As folhas do artigo espalharam-se pelo chão.

Durante alguns segundos, não havia filósofo.

Apenas um filho.

Correu sem dizer palavra.

Tomás ajudou-me a recolher as folhas.

Na primeira página lia-se o título:

“A Indiferença: A Grande Doença Moral do Nosso Tempo.”

Dobrei cuidadosamente o manuscrito.

Entreguei-o ao rapaz.

— Guarda-o.

— Para o professor?

— Não.

Para a literatura.

Ela apreciava muito estas coincidências.

Tomás sorriu com tristeza.

E eu continuei o meu passeio.

Começava a suspeitar que a incoerência humana não nascia da maldade.

Nascia de um fenómeno muito mais delicado.

Cada homem julgava possuir uma exceção legítima.

O problema era que, somadas todas as exceções individuais, desaparecia completamente a regra.

Foi então que vi aproximar-se uma senhora carregando quinze sacos plásticos.

Reconheci-a imediatamente.

Na semana anterior discursara durante duas horas sobre a urgência de eliminar o plástico do planeta.

Sorri.

O Mercado Janete, esse velho professor sem cátedra, preparava-me mais uma lição. A senhora chamava-se Margarida e era considerada a mais apaixonada defensora do ambiente de todo o bairro.

Mas, como verá o leitor, a natureza nem sempre consegue defender-se dos seus próprios defensores.

VIII — A Ambientalista dos Sacos Plásticos

Há uma curiosa injustiça na natureza, leitor.

As árvores, que nos dão sombra, nunca organizam conferências sobre o assunto.

Os rios, que dessedentam cidades inteiras, jamais escrevem manifestos.

Só o homem possui a extraordinária necessidade de anunciar as virtudes que ainda não conseguiu praticar.

Dona Margarida era uma dessas almas generosas.

Conhecia-a de vista.

Participava em seminários, distribuía folhetos, plantava árvores em dias comemorativos, concedia entrevistas e possuía uma coleção de fotografias sorrindo ao lado de mudas de acácia e embondeiro.

Era, segundo os jornais locais, “uma referência na consciência ambiental”.

Ninguém ousaria contestar semelhante título.

Nem eu.

Apenas o observei.

Saía naquele instante de uma banca.

Nas mãos carregava quinze sacos plásticos.

Talvez dezasseis.

Perdi a conta quando começou a equilibrá-los com os dentes.

Os sacos continham tomates, cebolas, farinha, amendoins, limões, quiabos, peixe seco, sabão, mangas e uma quantidade apreciável de pequenas compras que, reunidas, caberiam confortavelmente numa única cesta de palha.

Aproximei-me.

— Bom dia, Dona Margarida.

Ela sorriu.

— Ah, senhor cronista!

Que prazer.

Olhei para os sacos.

Ela percebeu.

Os culpados possuem uma sensibilidade extraordinária para a direção dos olhares.

Antes que eu perguntasse, respondeu:

— Eu sei o que está a pensar.

Era verdade.

Mas preferi não interromper uma boa justificação antes de nascer.

— Isto não é contradição.

Assenti.

As melhores começam sempre por negar a existência do problema.

— Então?

Ela ergueu um dos sacos.

— Estes plásticos serão reutilizados.

— Todos?

— Naturalmente.

Olhei para a quantidade.

Nem um pequeno supermercado conseguiria reutilizar tantos com semelhante entusiasmo.

Ela continuou.

— Alguns servirão para guardar arroz.

Outros para roupa.

Outros ainda para lixo.

Um deles ficará reservado para documentos importantes.

Há plásticos que acabam por ter uma vida muito digna.

Achei admirável a promoção social dos sacos.

Conhecia homens que nunca tiveram tantas oportunidades.

Nesse momento aproximou-se uma rapariga.

Reconheceu Dona Margarida.

— Professora!

— Olá, minha filha.

— Gostei muito da palestra sobre a redução do plástico.

A ambientalista sorriu com legítimo orgulho.

— Espero que tenhas aprendido alguma coisa.

— Aprendi.

Desde então levo sempre uma cesta reutilizável.

A rapariga mostrou-a.

Era bonita.

Feita de caniço.

Dona Margarida elogiou-a calorosamente.

Depois a jovem olhou para os sacos.

Silêncio.

O mesmo silêncio.

Aquele velho conhecido desta crônica.

— Professora...

Por que tantos sacos?

Margarida sorriu com a serenidade de quem já respondera mentalmente à pergunta muito antes de ela ser formulada.

— Porque a empregada prefere assim.

Nunca subestimeis uma empregada invisível.

Ela responde por metade das incoerências da classe média.

Tudo o que não encontra explicação imediata acaba atribuído às suas preferências.

A jovem pareceu convencida.

Ou cansada.

As duas expressões confundem-se facilmente.

Foi então que um vendedor ambulante passou oferecendo cestos de palha.

— Cestas! Cestas! Não precisa de plástico!

Sorri discretamente.

A Providência possui um sentido de humor refinado.

Margarida olhou para os cestos.

Gostou deles.

Perguntou o preço.

O homem respondeu.

Ela arregalou os olhos.

— Muito caro!

— Mas dura anos.

— Mesmo assim...

E afastou-se levando os quinze ou dezasseis sacos.

Enquanto desaparecia entre as bancas, pensei que a sustentabilidade também possuía limites.

Terminava exatamente onde começava a carteira.

Não a julguei.

Seria injusto.

Conheço pessoas que defendem o transporte público em conferências internacionais e percorrem cinquenta metros de automóvel para comprar pão.

Outras proclamam amor aos animais enquanto chutam o primeiro cão que se aproxima da porta.

Há ainda quem escreva longos textos sobre simplicidade voluntária utilizando um telemóvel cujo preço bastaria para financiar uma pequena biblioteca.

Somos todos extraordinariamente ecológicos.

Desde que o sacrifício seja dos outros.

Continuei o meu caminho.

O Mercado Janete já começava a esvaziar-se.

Os vendedores contavam moedas.

As peixeiras lavavam as bancas.

As galinhas discutiam assuntos exclusivamente galináceos.

O sol inclinava-se lentamente sobre Maputo.

Foi então que testemunhei a mais breve e talvez a mais perfeita demonstração da natureza humana.

Um homem acabava de ser roubado.

Gritava contra a maldade do mundo.

Chamava os ladrões de praga da humanidade.

Jurava que a honestidade morrera.

Cinco minutos depois, comprou um punhado de amendoins.

A velha vendedora, distraída, devolveu-lhe cem meticais a mais no troco.

Ele olhou para as notas.

Olhou para a senhora.

Guardou o dinheiro.

E levantou discretamente os olhos para o céu.

Sorriu.

— Deus nunca abandona os justos...

Foi nesse instante, leitor, que senti uma estranha pontada no peito.

Ri da frase.

Mas ri pouco.

Porque ainda ignorava que o destino preparava para mim exatamente a mesma prova.

E as ironias da vida, nunca são gratuitas.

O próximo e último capítulo já não terá como réus o político, o pastor, a ativista, o fiscal, o intelectual ou o revolucionário.

O réu será este pobre narrador que, durante toda a manhã, julgou possuir o privilégio da lucidez. E, como tantas vezes sucede, descobrirá tarde demais que a consciência também sabe contar histórias... sobretudo quando precisa absolver o seu dono.

IX — O Julgamento do Narrador

Chegado a este ponto, benigno leitor, talvez já tenhais formado uma opinião pouco lisonjeira acerca da espécie humana. Se assim for, peço-vos moderação. O cronista não é juiz; é apenas um homem que passeia devagar e tem o péssimo hábito de reparar no que os outros prefeririam esquecer.

Além disso, convém recordar que até aqui eu caminhava com uma superioridade perigosamente confortável.

Observava.

Anotava.

Ironizava.

Distribuía pequenas sentenças morais como um jardineiro distribui sementes, convencido de que todas floresceriam no quintal alheio.

É uma ocupação muito agradável.

E profundamente arriscada.

Porque Deus — ou a literatura, nunca consegui distinguir qual dos dois possui melhor sentido de humor — detesta narradores excessivamente seguros de si.

Depois de tantas horas entre bancas, resolvi comprar amendoins.

A velha que os vendia era pequena, enrugada e possuía uns olhos extraordinariamente serenos. Chamavam-lhe Mamã Celina.

Era uma dessas pessoas que inspiram confiança antes mesmo de abrirem a boca.

Pedi um punhado.

Ela pesou cuidadosamente.

Embrulhou os amendoins num pedaço de jornal antigo.

Recebeu a nota.

Começou a contar o troco.

Enquanto isso conversava com outra cliente.

Falava do neto.

Falava da chuva.

Falava da subida do preço do óleo.

As mãos, porém, continuavam a trabalhar.

Recebi as moedas.

Guardei-as automaticamente no bolso.

Despedi-me.

Afastei-me alguns passos.

Foi então que, por simples curiosidade, retirei o troco.

Contei.

Voltei a contar.

Contei uma terceira vez.

Havia cem meticais a mais.

Não cinquenta.

Não vinte.

Cem.

Parei.

Olhei para trás.

Mamã Celina continuava ocupada.

Nenhuma expressão de preocupação.

Nenhum sinal de que tivesse percebido o engano.

Nesse instante aconteceu dentro de mim uma reunião extraordinária.

A Consciência pediu a palavra.

A Conveniência levantou-se antes dela.

— É preciso devolver.

Disse a Consciência.

— Naturalmente.

Respondeu a Conveniência.

— Mas...

Sempre existe um “mas”.

É a dobradiça da incoerência.

— Mas ela talvez já tenha feito as contas.

— Talvez.

— Talvez o dinheiro nem seja dela.

— Talvez.

— Talvez Deus esteja apenas compensando as despesas do transporte.

A Consciência protestou.

A Conveniência sorriu.

Era um sorriso antigo.

Talvez o mesmo que seduziu Eva.

Talvez ainda mais experiente.

Continuei imóvel.

Uma parte de mim já caminhava de volta à banca.

Outra caminhava discretamente em direção à saída.

Nunca um homem foi dividido por tão modesta quantia.

Confesso, leitor, que nesse momento compreendi todos os personagens daquela manhã.

O político.

O fiscal.

O pastor.

A ativista.

O revolucionário.

O professor.

Nenhum deles se julgava desonesto.

Apenas possuíam uma explicação suficientemente elegante.

E eu começava a fabricar a minha.

“Volto amanhã.”

Foi a primeira.

“Ela nem dará falta.”

Veio a segunda.

“Talvez precise mais eu do que ela.”

A terceira.

“As coincidências também são uma forma de providência.”

A quarta.

As justificações reproduzem-se como coelhos.

Mal nasce uma, já vêm três atrás.

Dei mais um passo.

Depois outro.

A banca afastava-se.

O dinheiro permanecia no bolso.

Foi então que ouvi uma voz infantil.

— Avó...

Olhei.

Era um menino de talvez oito anos.

Aproximou-se de Mamã Celina.

Ela acariciou-lhe a cabeça.

— Vendemos bem hoje?

Perguntou ele.

A velha sorriu.

— Quase.

Ainda falta um bocadinho para comprar os teus cadernos.

Foi uma frase simples.

Não possuía retórica.

Nem filosofia.

Nem citações gregas.

Mas caiu sobre mim com a violência de um tratado inteiro de moral.

Voltei.

Entreguei-lhe os cem meticais.

Ela olhou para as notas.

Depois para mim.

Sorriu.

— Eu sabia que o senhor voltava.

Fiquei surpreendido.

— Sabia?

— Não.

Mas era bonito acreditar.

Guardei silêncio.

Há momentos em que a vergonha fala com mais eloquência do que qualquer discurso.

Despedi-me.

Afastei-me novamente.

Agora com os bolsos mais leves.

E a consciência menos pesada.

Pensei que a história terminava ali.

Enganei-me.

Poucos metros adiante, ao meter a mão no bolso do casaco, encontrei uma nota de cinquenta meticais.

Não era minha.

Provavelmente pertencera a alguém que esbarrara comigo no mercado.

Olhei para a nota.

Depois olhei para o céu.

Sorri.

Confesso.

Sorri.

E durante três ou quatro segundos comecei novamente a construir uma teoria filosófica.

Foi nesse instante que compreendi uma verdade definitiva.

A incoerência humana nunca morre.

Apenas adormece entre uma tentação e outra.

Epílogo

Agora que chegastes ao fim desta pobre narrativa, talvez esperes de mim uma conclusão.

Receio desapontar-vos.

As conclusões pertencem aos filósofos.

Os cronistas limitam-se a colecionar evidências.

Saí do Mercado Janete quando o sol já dourava os telhados de Maputo.

As bancas fechavam.

Os últimos fregueses regressavam a casa.

As peixeiras contavam moedas.

Os vendedores empilhavam caixas.

As galinhas, enfim, pareciam as únicas criaturas absolutamente coerentes daquele universo: cacarejavam quando tinham vontade, fugiam quando sentiam medo e nunca fingiam possuir princípios.

Nós, homens, somos diferentes.

Chamamos convicção ao que nos favorece.

Chamamos evolução ao que nos convém.

Chamamos prudência ao nosso medo.

E hipocrisia ao medo dos outros.

O que ontem denunciávamos como escândalo, amanhã defenderemos como necessidade, desde que a vida tenha mudado de cadeira e nos obrigado a sentar do lado oposto da mesa.

Não condenes, pois, demasiado depressa o político, o pastor, a ativista, o fiscal, o professor, o revolucionário... nem este narrador que vos conduziu por estas páginas.

Todos pertencemos à mesma confraria.

Apenas variam os pretextos.

Quanto à coerência absoluta, continuo convencido de que existe.

Mas não frequenta mercados.

Nem parlamentos.

Nem igrejas.

Nem universidades.

Nem sequer a Boa Malta.

Habita, talvez, um lugar muito silencioso.

Chamam-lhe cemitério.

Ali, finalmente, ninguém muda de opinião.

Os vivos, esses, continuam a fazer o que sempre fizeram desde os tempos de Adão:

remendar a consciência com os fios da conveniência e chamar ao remendo... caráter.

E, se porventura discordares de mim, leitor, não discutirei.

Talvez tenhas razão.

Ou talvez apenas ainda não tenhas recebido cem meticais a mais no troco.

FIM